

# Ancestralidade negra na formação urbana da Zona Sul de São Paulo

Igor Vicente Gomes da Silva

**Orientação:** Prof. Dr. Marcos Virgílio da Silva (Belas Artes-SP).

**Pesquisa:** Trabalho de Conclusão de Curso, Belas Artes-SP, 2020.

Este artigo, desdobramento da pesquisa realizada no Trabalho Final de Graduação, apresenta uma reflexão teórica sobre a continuidade do quilombo no período da pré-abolição na resistência do povo negro em espaços de cultura nas periferias da Zona Sul da cidade de São Paulo. A partir de uma revisão bibliográfica evidencia-se pesquisadoras e pesquisadores negros

brasileiros que tratam do cruzamento entre questões urbanas e raciais. Por meio de entrevistas com pessoas envolvidas com o movimento negro e o movimento cultural na região da Praça do Campo Limpo entre os anos 1980 e 2020, aponta-se a relevância da oralidade no resgate e na preservação de memórias e narrativas do povo negro e periférico em relação à construção da cidade.

**Palavras-chave:** Campo Limpo; oralidade; ancestralidade negra.

## African ancestry in the urban formation in the South Zone of São Paulo

This article is an extension of a research conducted in the Final Graduation Project, presenting a theoretical reflection on the continuity of the quilombo during the pre-abolition period and the resistance of the black population in cultural spaces located in the outskirts of the South Zone of São Paulo. Through a bibliographic review, this work highlights Brazilian black researchers who explore the intersection between urban issues and race. By conducting interviews with individuals involved in the black and cultural movements in the Campo Limpo Square (Praça do Campo Limpo) region from 1980 to 2020, the relevance of orality in the recovery and preservation of memories and narratives of the black and peripheral population concerning the city's construction is emphasized.

**Keywords:** Campo Limpo; orality; African ancestry.

## Ancestralidad negra en la formación urbana de la Zona Sur de São Paulo

Este artículo es parte de una investigación realizada en el Trabajo Final de Grado, el cual presenta una reflexión teórica sobre la continuidad del quilombo (N. del T.: lugares donde comunidades de negros luchaban contra la esclavitud), durante el período de la preabolición, en la resistencia de los negros en los espacios culturales de los barrios de bajos recursos en la Zona Sur de la ciudad de São Paulo. Con base en una revisión bibliográfica, este trabajo evidencia investigadores brasileños negros que encuentran una relación entre temas urbanos y raciales. A través de entrevistas con personas relacionadas con el movimiento negro y el movimiento cultural en la región de la Praça do Campo Limpo entre las décadas de 1980 y 2020, este trabajo destaca la importancia de la oralidad para rescatar las memorias y narrativas de las personas negras y de bajos recursos en relación con la construcción de la ciudad.

**Palabras clave:** Campo Limpo; oralidad; ancestralidad negra.

## 1. INTRODUÇÃO

Pensar sobre a relação de continuidade entre as memórias vinculadas à oralidade e os espaços e manifestações culturais localizados na região da Praça do Campo Limpo, provoca uma inquietação sobre o distanciamento que ainda há entre o que sabemos sobre a história desse território e as memórias ancestrais que o habitam, evidenciando também a falta de registros de acesso público que abordam a ancestralidade negra presente na construção e manutenção das cidades brasileiras.

Dessa forma, esta pesquisa tem dois objetivos principais: uma revisão bibliográfica de, principalmente, autoras e autores negros brasileiros que traçam em suas pesquisas relações entre questões urbanas e raciais; e apresentar, por meio de entrevistas com pessoas que fazem ou fizeram parte do movimento negro e do movimento cultural correntes na região da Praça do Campo Limpo, uma reflexão sobre a relação do território com a ancestralidade negra, partindo das memórias vinculadas à oralidade.

Assim, reúne-se conceitos e reflexões sobre como os modos de viver e os territórios de resistência do povo negro vêm se atualizando desde a pré-abolição, tendo como foco a relação de continuidade entre a memória do quilombo no Brasil e a atuação de espaços de cultura, localizados em territórios periféricos da Zona Sul de São Paulo, como o Espaço Cultural Cita — Canto de Integração de Todas as Artes, para a preservação e produção de memórias do povo negro na cidade.

## 2. AS CIDADES DOS COLONIZADORES NÃO NOS CABEM MAIS

Durante 2020 fomos confrontados por uma pandemia que tornou ainda mais evidente as inúmeras situações de desigualdade e vulnerabilidade social que ocorrem no país. Cientes de que ainda não existem programas bem estruturados de incentivo a pesquisas e projetos que tratem sobre políticas públicas urbanas a partir de uma leitura racializada, entende-se a falta de pesquisadoras e pesquisadores negros e periféricos nos espaços de decisão sobre o planejamento de nossas cidades. Isso torna

as discussões e os projetos que buscam estratégias interseccionais e a valorização das condições de vida do povo negro ainda mais difíceis, afastando o desenvolvimento de cidades antirracistas e contracoloniais. “Para negros e negras, a vida no contexto urbano é marcada pela estigmatização e marginalização do território negro” (OLIVEIRA, 2010, p.58) e, considerando que as territorialidades negras são produzidas ou por essa exclusão por parte do Estado ou pela força dos movimentos sociais, políticos, culturais e religiosos (OLIVEIRA, 2010, p.58), é preciso entender que a estruturação e inserção desses territórios de resistência nas decisões de políticas públicas no país é também uma estratégia para preservação de nossas memórias e ancestralidade.

É importante ter nos campos da arquitetura e do urbanismo profissionais que pensem nas relações urbanas, raciais e políticas, assegurando que perspectivas sobre raça sejam consideradas nas decisões de projetos para as cidades. Para além disso, devemos assegurar a presença e permanência de profissionais negros e periféricos que representam realidades sociais distintas, compreendendo a questão racial como fundamental nas análises territoriais do país, principalmente nas discussões sobre situações de desigualdades (POLÍTICAS..., 2020). É necessário estarmos presentes nesses espaços, pensando e decidindo políticas públicas que considerem as condições de vida do povo negro, para que possamos atuar na emancipação desses territórios negligenciados desde o período do pós-abolição e que surgem nas pautas nacionais somente em situações extremas, como da atual pandemia da Covid-19 (POLÍTICAS..., 2020).

A arquiteta mineira, e atual vice presidente do Departamento São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil, Gabriela de Matos (2020), ressalta que há muito tempo a arquitetura abdica de pensar raça como uma questão transversal a todos os problemas urbanos e, em uma exposição como a pandemia, é possível compreender como o genocídio das comunidades negras e indígenas está estruturado também pela falta de políticas públicas que olhe para estas pessoas:

Esse cenário em que a população negra não se adequa não é por acaso, ele é

construído politicamente para ser assim. E quando chegamos em um momento de pandemia como esse, a gente precisa enxergar que esse projeto político é um projeto de genocídio da população indígena e negra do Brasil. [...] Todas as políticas urbanas, todas as políticas públicas, a gente precisa pensar por essa perspectiva porque se não a gente nunca vai conseguir atingir a população que está mais em vulnerabilidade. (POLÍTICAS..., 2020).

Como apontado pela urbanista e escritora paulista Joice Berth (2020), para discutirmos reforma urbana e diminuição de desigualdades e exclusões nos espaços rurais ou urbanos, é preciso pensar a partir do período do pós-abolição. A partir da negligência de quem detinha poder, buscou-se estabelecer novas formas de exclusão das comunidades negras com políticas higienistas e instrumentos de genocídio que seguem se atualizando, como a própria pandemia da Covid-19. Mesmo sendo uma questão global, a pandemia, somada ao contexto político brasileiro, se torna mais um desses instrumentos, dando continuidade a políticas de morte (POLÍTICAS..., 2020). Todo arquiteto e urbanista deve pensar as cidades a partir do questionamento sobre o que aconteceu com as comunidades negras depois da abolição da escravatura, para onde foram e em que condições têm vivido. Ainda não nos emancipamos dos símbolos e sistemas opressores racistas presentes nas cidades brasileiras, levando em consideração que elas surgiram no período da escravidão e até hoje nos confrontamos com seus fantasmas e consequências (POLÍTICAS..., 2020).

A arquitetura precisa caminhar por todas as encruzilhadas resultantes das questões que se fazem importante para a sociedade, principalmente aquelas que tratam da diminuição de desigualdades e valorização das condições de vida do povo negro. Continuamos presos em um modelo de cidade escravocrata que impacta no comportamento da sociedade, pensando em projetos urbanos e políticas públicas somente para determinados territórios de maior interesse econômico. Contribuindo, dessa forma, com a marginalização e exclusão das comunidades negras e periféricas ao acesso a uma boa qualidade de vida dentro da cidade. A arquitetura

ainda está distante de pensar a sociedade e a eliminação das desigualdades. É preciso trabalhar em parceria com os interesses públicos para compreender as demandas de territórios que ainda sofrem com as estratégias mantidas pelos sistemas opressores racistas (POLÍTICAS..., 2020).

O ano de 2020 condensou diversos dos problemas sociais presentes no país, e ao evidenciar a negligência do Estado quanto às vidas negras e periféricas, trouxe muitos questionamentos sobre o racismo estrutural da nossa sociedade. Notícias diárias sobre a morte de crianças, jovens e adultos negros e periféricos e, conseqüentemente, sobre as manifestações que ocorreram em espaços públicos por todo o país contra o sistema opressor e racista, colocaram em pauta a necessidade de uma representatividade negra e periférica nos espaços de poder político, defendendo causas sociais, raciais e de gênero.

À parte de todo o desgoverno em que o país se encontrava naquele momento, foi possível reunir milhares de pessoas em cada região do Brasil para impulsionar o movimento de ocupação antirracista e contracolônial nos espaços de poder. No penúltimo mês de 2020, elegemos vereadoras cis, trans e travestis, negras e periféricas, resultando num passo importante para a inclusão do pensamento interseccional — abrangendo questões de gênero, raça e classe — nas decisões políticas do país. Assim como afirma Tainá de Paula, arquiteta e vereadora recém-eleita na cidade do Rio de Janeiro, "é preciso entender que as cidades dos colonizadores não nos cabem, não nos representa, e é preciso construir a nova polis, a nova democracia, com todos os setores que são afro latino americano indígenas" (POLÍTICAS..., 2020).

A arquiteta carioca aponta ainda sobre a necessidade de um novo marco civilizatório no país que reconstrua nossas relações sociais e políticas corrompidas pelo racismo estrutural e sobre a urgência de compreender, a partir de nossos exemplos locais, como criar novas estratégias de desenvolvimento das cidades, bem como a desassociação dos modos de viver e perceber o mundo das amarras do colonialismo: "É preciso entender que a gente deve ser muito mais Lélia Gonzalez e muito mais Ailton Krenak" (POLÍTICAS..., 2020).

Nos territórios de resistência, as comunidades e líderes comunitários, diante da falta do Estado, já atuam para o desenvolvimento urbano dos locais onde vivem. Os espaços de cultura e educação nas periferias brasileiras contribuem diretamente para a formação de crianças, jovens e adultos, construindo espaços de escuta e de troca, tanto entre as pessoas da comunidade como entre os próprios espaços e agentes do território. Encontramos na periferia a continuidade histórica de territórios e organizações negras que resistem e se atualizam em função da melhoria da condição de vida do negro e da qualidade de seus espaços públicos.

Como afirmam Joice Berth e Tainá de Paula, a periferia já vem construindo estratégias políticas em seus territórios. A força e a resistência são heranças ancestrais, e nos territórios do povo negro se cultiva e se desenvolve tecnologias que buscam assegurar direitos básicos, espaços comunitários e momentos de escuta e troca. Isso atualiza e constrói modos de pensar e fazer política que partem de uma análise territorial que considera as realidades e questões sociais da comunidade nas decisões políticas.

Existe uma fragmentação política explícita na gestão dos territórios da cidade que segue excluindo as comunidades negras e periféricas dos espaços de poder, tendo que, enquanto presas em um sistema capitalista e racista, se locomover muitas horas por dia para fazer parte do ambiente urbano ainda como mão de obra. Não somente tal gestão exclui essas comunidades e seus modos de perceber o mundo como impossibilitam que as políticas necessárias para as periferias dialoguem com os territórios para os quais está voltada a atenção política do Estado. Ao reconhecer as potencialidades políticas presentes nas periferias e a necessidade de haver uma participação efetiva do povo negro e periférico nas tomadas de decisões, devemos identificar e romper com a presença e influência dos símbolos e sistemas opressores racistas nas cidades e reavaliar nossos modos de viver no meio urbano a partir de nossos exemplos locais. Se as cidades são política e territorialmente fragmentadas e o Estado insiste em preservar e atualizar sistemas opressores racistas, planejando somente as regiões

de interesse econômico das cidades onde estão concentrados os espaços de poder, é necessário que lutemos por estruturar os territórios negros e periféricos, tendo como objetivo o caminho de retorno histórico para esse povo, reconhecendo suas potencialidades econômicas, sociais, artísticas e culturais.

Se você passa a semana inteira fazendo um trajeto de duas, três, quatro horas para chegar até o seu trabalho, no fim de semana você vai pensar em acessar um equipamento cultural, e pegar de novo essas duas, três horas para chegar lá e ver alguma coisa? Temos que fazer esse caminho de retorno [...]. Não dá para você pensar a cidade desconectado do pensamento social, a gente precisa juntamente com uma reforma urbana ter uma reforma do pensamento da sociedade como um todo. Porque se uma pessoa da periferia pode se deslocar até o centro para trabalhar ou para fazer alguma coisa, uma pessoa do centro também pode se deslocar até a periferia para consumir aquilo que está lá [...]. (POLÍTICAS..., 2020).

Diante da necessidade de reconstruir as conexões dos territórios fragmentados da cidade, Berth aponta a mobilidade como uma das preocupações que as políticas públicas precisam abordar, entendendo os trajetos percorridos como fundamentais para a compreensão da exclusão do povo negro em relação aos espaços de poder.

[A mobilidade ativa] é uma alternativa que a gente tem que insistir até achar um modelo que possa atender principalmente aqueles que não tem muitos recursos. [Em São Paulo] se tem todas as oportunidades de emprego concentradas na área central, e aí tem um deslocamento de duas ou três horas da periferia até esses locais para poder trabalhar. Esses deslocamentos impactam na vida das pessoas [...], então a mobilidade ativa precisa funcionar também com uma política que pense na descentralização dos serviços e ofertas. (POLÍTICAS..., 2020).

A urbanista entende que a análise dos nossos deslocamentos na cidade pode

auxiliar em uma reforma urbana vinculada a uma reforma do pensamento da sociedade, nos guiando por um caminho de retorno, um caminho que faz girar as possibilidades de trajetórias, de modo a emancipar nossos corpos e memórias de uma cidade planejada para assegurar a continuidade de uma hereditariedade do período colonial. Quem mora nos territórios valorizados pelas políticas públicas no Brasil deve passar a se deslocar para as bordas da cidade, se relacionando com as distintas realidades existentes no meio urbano e reconhecendo a potência urbanística dos territórios periféricos (POLÍTICAS..., 2020). Isso contribui para os caminhos de retorno do povo negro e periférico, aumentando a atenção do Estado para a estruturação e manutenção de um planejamento urbano que pense sobre mobilidade, espaços urbanos públicos, equipamentos culturais e de saúde nas periferias, considerando a interseccionalidade como ferramenta para se construir políticas públicas que de fato atuem para a melhoria da condição de vida do povo negro nas cidades.

### **3. CULTURA E RESISTÊNCIA NEGRA NA REGIÃO DA PRAÇA DO CAMPO LIMPO**

Na busca sobre a história do bairro do Campo Limpo nos registros e publicações feitos por órgãos públicos, pouco se encontra além de um texto curto que se repete a cada documento e plataforma acessados. Nomeado Campo Limpo devido aos campos abertos onde se vinha cavalgar com os cavalos do Jockey Club de São Paulo, o bairro passa ser ocupado devido à expansão urbana de Santo Amaro (SÃO PAULO, 2016b), levando trabalhadores e suas famílias a buscar moradia nessas terras distantes do centro urbano de São Paulo.

Como já se sabe, grande parte das ocupações pós-abolição foram realizadas por povos e descendentes de japoneses e italianos que tomavam conta das terras brasileiras a convite de um sistema que impunha o embranquecimento de nosso povo. No Campo Limpo não foi diferente, e ainda hoje temos registrado pelo bairro e seu entorno os nomes das famílias vindas de longe para cercarem nossas terras e cultivarem seus alimentos. Um exemplo bem conhecido é a Estrada Kizaemon

Takeuti, que passa pelo Campo Limpo e alguns bairros de Taboão da Serra, município vizinho. A estrada leva o nome da família que habitou a região e, por meio de plantações de batata, gerou riquezas e cunhou símbolos urbanos, como nomes de ruas e praças, que se sustentam até hoje (BARCELLOS, 2020 apud SILVA, 2020, p.162).

Para além dessas informações, pouco se encontra publicamente disponível sobre a história do bairro. A falta de registros oficiais, assegurados pela prefeitura, se apresenta como um dos inúmeros resultados da presença do racismo na nossa sociedade. E essa afirmação parte da compreensão que a história do Campo Limpo é, antes de tudo, negra. A presença do povo negro na região não está desassociada ao fato de hoje o bairro ser considerado um importante território cultural na cidade de São Paulo. E, embora invisibilizado e apagado pelo Estado, o legado negro do bairro resiste nas memórias de quem vive e frequenta a região. A oralidade, como tecnologia ancestral de resistência do povo negro, preserva as histórias de quem construiu as nossas cidades, paisagens e relações humanas.

Devemos ter cautela ao pensarmos nossas histórias, e com sensibilidade percebermos os modos como nosso povo vem atualizando seus meios de resistência. Ainda que não haja escrita, há voz. É na oralidade que encontramos uma das mais potentes maneiras de caminharmos com ações e pensamentos que atuem enquanto reparação histórica, resgatando as memórias e vivências de nossos mais velhos e mais velhas, além de nos enxergar vivos e contínuos por meio de nossa ancestralidade.

Ainda pelos arquivos da Subprefeitura Campo Limpo, encontramos alguns escritos sobre a existência de uma fazenda chamada Pombinhos, por volta de 1937, pertencente à família Reis Soares (SÃO PAULO, 2016b). E, embora tenhamos essa informação repetida em algumas outras plataformas digitais, não se sabe a origem dessa família e nem o que aconteceu com ela. Dos poucos registros sobre o surgimento do distrito do Campo Limpo, as únicas informações disponíveis, mais uma vez, dizem respeito à história do branco. Tem-se o nome da família e até o nome da fazenda, mas não se tem sequer um

registro sobre as comunidades negras que ocuparam e construíram o lugar.

Há inscrito em ruas, estradas e praças as trajetórias de quem herdou as terras saqueadas pelo homem branco. E as histórias "de quem fazia a produção desse sistema agrícola, quem colhia, quem era espancado, quem tinha um trabalho escravizado que rendia lucro para os proprietários"? (BARCELLOS, 2020 apud SILVA, 2020, p.163). A nossa história segue sendo ameaçada pelas atualizações de um sistema que planeja e aplica políticas de apagamento e sustenta políticas de genocídio do povo negro.

Assim, assume-se aqui a importância da oralidade como ferramenta de resgate histórico de nossas memórias negras nos espaços das cidades brasileiras, compreendendo a escuta como prática essencial enquanto realizamos uma "escavação arqueológica" (SANTOS, 2014, p.74) em nossos territórios para construirmos espaços que possibilitem o resgate de nossas memórias e reconstrução de nossas narrativas. Por meio de entrevistas com pessoas que fazem parte da história do Campo Limpo junto ao crescimento e fortalecimento dos espaços de cultura e resistência na região, pudemos recuperar algumas memórias negras que existem no bairro e traçar uma reflexão sobre as intersecções entre as histórias contadas por essas pessoas e a pesquisa das autoras e autores anteriormente citados neste trabalho.

"Quem organizava os eventos e ações culturais no Campo Limpo era o Movimento Negro", afirma a iyá Ana Rita Encarnação (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.163), Yalásé do Ilê Asé Ketu Egbé Oni, localizado no município de Embu das Artes, que faz divisa com o Campo Limpo. A iyá Ana Rita nasceu em Salvador, Bahia, e veio para São Paulo com 17 anos, chegando na Zona Sul da cidade em 1977. Conta que quando chegou ao Campo Limpo havia poucas edificações e ainda existiam por ali muitas fazendas e chácaras. A iyá foi militante no Movimento Negro de Campo Limpo, um dos primeiros e mais fortes do país, que deu origem a outros como o Soweto Organização Negra e o Geledés. Ela nos conta que o movimento foi criado no fim dos anos 1970, desenvolvendo uma atuação bem forte no bairro, sendo a principal

organização que atuava pela programação cultural da região (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.164).

O Movimento Negro de Campo Limpo se articulava para assegurar direitos ao povo local, principalmente o acesso à cultura, conectando diversos espaços, grupos e pessoas do bairro, por meio da organização de eventos em espaços públicos, como a Praça do Campo Limpo. Muitos dos locais que o movimento ocupava, fosse com reuniões internas ou com eventos culturais para a comunidade, eram na região da praça, entre eles o Projeto Arrastão e o Centro de Convivência Nathalia Rosemburg, que após alguns trâmites políticos se tornou a atual Casa de Cultura Municipal do Campo Limpo (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.164).

Desde os anos 1980, todo dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra, o movimento organizava na praça um grande evento que trazia a comunidade para participar como público das apresentações culturais promovidas e também como vendedores de seus produtos e marcas locais:

As pessoas traziam as suas barracas, a gente fazia shows. Fazíamos o Dia da Mulher, levando um discurso das mulheres negras. Se você procurar vai encontrar que essa praça já balançou gente. E o pessoal ocupava a praça de verdade. (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.164).

Por meio do relato da iyá compreende-se que o povo negro tem construído trocas sociais e culturais da comunidade a partir de um movimento organizado desde, pelo menos, o final dos anos 1970, contribuindo para o fortalecimento dos espaços de cultura da região da Praça do Campo Limpo, e conseqüentemente, nos deixando um legado fundado na união e resistência do povo nos espaços e equipamentos culturais públicos. "Naquela época do movimento negro, nós, principalmente as mulheres pretas, éramos muito unidas. O do lado não poderia estar sozinho" (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.164). A yalásé do Ilê Asé Ketu Egbé Oni afirma a necessidade de o povo negro se unir para a assegurar da continuidade de

nossos territórios. E que mesmo diante das ameaças, historicamente o nosso povo carrega a sabedoria em atualizar nossas estratégias de resistência.

Ainda sobre os espaços e coletivos que contribuíam com a programação cultural no bairro, a iyá também nos conta sobre a criação do Bloco Ori Omode, que surgiu no Centro de Convivência e saía às ruas nos dias de carnaval. Ela também ressalta sobre a Escola de Samba Unidos do Campo Limpo, e como é importante fazer com que os movimentos que celebram a nossa história e o nosso povo estejam presentes nas ruas: "Quando a gente traz uma escola de samba e as pessoas vão pra rua ver, é uma história, é resistência. Eles olham e sentem orgulho daquilo. [O Movimento] teve esse levante de trazer pra região o que trouxe orgulho ao povo negro." (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.165).

Em diálogo com o ogã Vitor da Trindade, Omoloie do Ilê Asé Jagun, localizado no Parque Pinheiros em Taboão da Serra, músico e herdeiro do legado da família Solano Trindade, ele nos provoca sobre quais são os territórios de resistência do povo negro nas cidades brasileiras:

A pergunta é: qual território não é de resistência do povo preto? Todos os territórios são. Aqui no Embu, o Jardim Sílvia, a favela do Acari, o Morro da Rocinha. Onde tem preto é um território de resistência. Nós tivemos todo tempo que viver em resistência. Em manutenção cultural, manutenção dos nossos legados, manutenção estratégica, porque a gente precisa se alimentar, se desenvolver. O funk é um lugar de estrutura cultural, o samba, o candomblé. O Campo Limpo é um território de resistência, assim como todos são. (TRINDADE, 2020 apud SILVA, 2020, p.165).

O músico hoje está à frente do Teatro Popular Solano Trindade, que foi fundado como Teatro Popular Brasileiro pelo seu avô Francisco Solano Trindade, sua avó Maria Margarida da Trindade e o sociólogo Edson Carneiro no Rio de Janeiro. Após seu avô falecer e sua mãe, dona Raquel Trindade, assumir a liderança, assumiu o nome atual. Em 2018, dona Raquel fez sua passagem, e o ogã assumiu os cuidados do Teatro junto de sua família, assegurando a

continuidade do legado de seus ancestrais no município de Embu das Artes, onde seus avós foram de grande importância para o surgimento do movimento artístico da região. "Sou herdeiro da família Solano Trindade, em todas as possibilidades da palavra, mas principalmente porque é um legado cultural. Não recebi terras, não recebi dinheiro, mas recebi uma história que se tornou o meu trabalho" (TRINDADE, 2020 apud SILVA, 2020, p.166).

Embora more no Embu das Artes, Vitor tem uma relação com o Campo Limpo de mais de trinta anos, já que transitava pelo bairro para chegar ao seu ilê. Mais à frente, essa relação foi se estreitando quando passou a se aproximar da Agência Solano Trindade, localizada no bairro Vila Pirajussara próximo à Praça do Campo Limpo. A agência, que homenageia a história de Solano Trindade, abrigou um dos projetos musicais mais recentes de Vitor, chamado Ossé, realizando parte de sua produção e também de seu lançamento para a comunidade.

O Campo Limpo não é só o Campo Limpo, ele é o entorno cultural que a gente chama de Zona Sul. [...] Ele tá na música do Racionais, nas falas do Sérgio Vaz, na boca do povo do Sarau do Binho, na Tula Pilar, no Clariô, no Geraldo Magela. Ele tá em um monte de gente que representa o Campo Limpo. (TRINDADE, 2020 apud SILVA, 2020, p.166).

Vitor apresenta o território cultural do Campo Limpo como todo território cultural da Zona Sul da cidade de São Paulo, onde as relações, trajetos e histórias se conectam desde o Capão Redondo até o Taboão da Serra e mais. O ogã compreende a expansão do território do Campo Limpo de modo semelhante ao pensamento da iyá Ana Rita, quando ela conta sobre a importância da Casa de Cultura M'boi Mirim para a esfera cultural da região, no período que ainda militava pelo Movimento Negro. Isso mostra que o território cultural da Zona Sul está estruturado pelas periferias existentes em todo o distrito e seu entorno, e que as relações foram se fortalecendo a partir das movimentações que esses espaços, coletivos e pessoas realizam já há décadas na região.

Alex Barcellos, articulador cultural da Agência Solano Trindade, conta que a partir de 2002 aumentou o número de espaços de cultura nas periferias, quando houve um fortalecimento de espaços como as Casas de Cultura, as bibliotecas públicas e os CEUS. "A gente vê um avanço na administração desses espaços culturais muito pela luta política dos movimentos que conseguiram passar a gestão desses espaços para a Secretaria de Cultura e indicou pessoas ligadas ao território para assumir essa gestão" (BARCELLOS, 2020 apud SILVA, 2020, p.167). Alex, em consonância com o pensamento de ogã Vitor, mostra a importância de refletirmos sobre a cultura nos territórios periféricos e como ela une os espaços que o sistema tenta fragmentar:

De uns quinze anos pra cá, o movimento cultural vem se tornando protagonista de toda essa luta. [...] A poesia, o sarau, os slams, as batalhas de MCs, as danças de passinho são críticas ao sistema. Se eles impedem a sociologia nas escolas, a gente através das ruas cria a socialização do ser político. [...] O movimento cultural tem sido um dos mais provocadores contra a atual conjuntura social e política que a gente vem vivenciando no país. (BARCELLOS, 2020 apud SILVA, 2020, p.167).

O movimento negro e o movimento cultural estruturaram na Zona Sul de São Paulo o que viria a se tornar o potente território cultural que hoje é a região do distrito de Campo Limpo e seu entorno. E essa organização é ancestral. A resistência do povo negro se apresenta de distintas maneiras a cada geração, a cada período histórico. Onde há negro, há resistência.

Vemos a continuidade desses movimentos que surgiram no final dos anos 1970 se apresentando pelas raízes que emergem no território. "Muitos saraus surgiram depois do Sarau da Cooperifa e do Sarau do Binho, assim como muitos espaços de cultura surgiram depois da criação do Cita e de tantos outros espaços, como o Quilombaque" (BARCELLOS, 2020 apud SILVA, 2020, p.169). O Campo Limpo, e todos os bairros adjacentes, cultivava uma das mais fortes resistências do povo negro na cidade de São Paulo, tendo se reconstruído a cada geração perante a violência do sistema,

que permitiu o crescimento de uma zona urbana sem estrutura e sem apoio do Estado, distante de boas condições de moradia ou de trabalho, e assim consolidando um território que foi — e por alguns ainda segue sendo — interpretado como um dos mais perigosos da cidade. O movimento negro e o movimento cultural possibilitaram que esse povo entendesse a força cultural que existe nesse território, e também que essa força está ligada à nossa ancestralidade. Encontramos nas periferias a valorização da tradição oral, do respeito e aprendizado possibilitado pela escuta. A cultura de nossos ancestrais está viva nesses territórios, e mantemos nas nossas relações sociais costumes que vêm de longe e tomam conta de nossos modos de viver.

Cléia Varges, arte educadora, atriz e membro da atual gestão do Espaço Cultural Cita, aponta o modo como fortalecemos nossas parcerias nos territórios culturais periféricos e como as pessoas se encontram e se colocam em desafios para ocupar esses espaços e desenvolver projetos, ações e parcerias que a comunidade necessita no momento: "Se não fossem os coletivos locais que ocupam e insistem em permanecer na Casa de Cultura M'boi Mirim, talvez hoje o espaço não teria a potência que tem agora" (VARGES, 2020 apud SILVA, 2020, p.169).

A educadora conta que chegou na Praça do Campo Limpo dançando. Foi para lá com um grupo de mulheres da dança em um evento que comemorava o aniversário do bairro. "Voltei em 2011 para participar de um grupo de estudos da Trupe Artemanha, que acabava de ocupar o galpão onde hoje é o Cita" (VARGES, 2020 apud SILVA, 2020, p.169). O grupo de teatro que antes ocupava o Centro de Convivência foi quem abriu o espaço que se tornou um dos mais importantes pontos de cultura da Zona Sul de São Paulo. O Cita é atualmente sede de oito coletivos culturais residentes e consolidou muitas parcerias com outros espaços e pessoas da região, resgatando cada vez mais o direito à cultura para a comunidade. Cléia conta como as relações entre as pessoas era o que de fato construía as parcerias que permanecem até hoje, e como essas relações deram início à uma rede cultural na região que se apoia diante das ameaças do desgoverno brasileiro.

O Tony Marlon trouxe a Escola de Notícias para o Projeto Arrastão e para o Cita, ali começa a estabelecer uma relação com agentes culturais, trazendo jovens. O Centro de Convivência se torna Casa de Cultura, os jovens da região passam a ser contratados como agentes culturais por meio de editais. A Dora Nascimento assume a coordenação do espaço, reconstrói e ressignifica aquele lugar, mostrando a magnitude da força e resistência das pontes que essas pessoas foram construindo. (VARGES, 2020 apud SILVA, 2020, p.170).

É necessário fortalecer as nossas relações e ocupar os espaços da cidade. Ocupar os espaços de poder. Cléia relata a importância de ter pessoas que nos representam à frente de nossos movimentos, pessoas que fazem parte do nosso território e de nossas realidades. Como pontuou Vitor da Trindade (2020 apud SILVA, 2020, p.170) em entrevista:

A gente tem que se preocupar agora em ter gente no poder. Colocar mais Erica Malunguinho, mais Boulos, mais Lula, mais Sérgio Vaz, Binho, Alex. A gente precisa mudar os que estão, e aí a forma de pensar muda também. [...] São quinhentos anos de má educação, de falta da comunidade conseguir colocar os nossos heróis na política, nos livros, nos currículos escolares.

Ou, conforme afirma Joice Berth, "devemos nos voltar para os nossos territórios e enxergar os nossos exemplos políticos nas lideranças locais" (POLÍTICAS..., 2020). As periferias estão em constante movimento, construindo e se adaptando, para a cada dia enfraquecer o sistema. É nos territórios periféricos que podemos encontrar nossas referências de atuação política, porque ali as lideranças já estão atuando a partir de uma leitura do território local, identificando fragilidades e potencialidades, e agindo a partir da comunidade.

Barcellos (2020 apud SILVA, 2020, p.171) diz que "historicamente a gente sempre esteve aqui sobrevivendo, se mantendo e criando tecnologias de sobrevivência que depois são multiplicadas para políticas públicas e nunca reparam na nossa população" e, talvez, hoje estejamos vendo

alguns dos resultados que inúmeras lutas travadas por diversos movimentos sociais e culturais estão alcançando. Vemos isso quando, no Rio de Janeiro, a urbanista Tainá de Paula é eleita. Vemos isso quando, em São Paulo, o coletivo Quilombo Periférico, do qual Alex Barcellos faz parte, é eleito. Estamos dando passos importantes para que o nosso povo negro e periférico ocupe os espaços que vão tratar das nossas condições de vida.

Quando você consegue ter um respiro na área legislativa, quando você consegue ter um coletivo que consiga representar você dentro dos espaços de decisão, isso mostra mais um processo histórico do Quilombo Periférico conseguir assumir o legislativo. Vem muito desse caminhar anterior de quem construiu todos esses espaços até hoje. (BARCELLOS, 2020 apud SILVA, 2020, p.171).

A luta e a resistência do povo negro são constantes. "Para nós, todos os territórios são de resistência" (TRINDADE, 2020 apud SILVA, 2020, p.171). E devemos honrar a luta de nossos ancestrais, coroando nossos semelhantes assim como foram coroados reis e rainhas do Congo no Brasil (LOPES, 2011), elegendo nossas lideranças negras e periféricas e assumindo os espaços de poder que nos foram tomados à força. O resgate de nossas memórias negras se trata de encontrarmos nossas raízes e darmos a elas a continuidade que os sistemas opressores racistas se organizam para impedir. Esse resgate significa reconhecer e reverenciar a nossa ancestralidade.

#### **4. ESPAÇO CULTURAL CITA: ANTIGAMENTE QUILOMBOS, HOJE PERIFERIAS**

Um dos projetos do coletivo de teatro Bando Trapos, chamado "Caldos e Causos", coloca as histórias contadas pela comunidade do Campo Limpo como protagonistas de suas cenas, criando possibilidades para que a oralidade desenhe as narrativas do lugar. Um senhor residente do Jardim Paris, bairro do distrito de Campo Limpo, conta a Cléia sobre sua chegada na região: "o Campo Limpo era barro, mato e escuridão" (VARGES,

2020 apud SILVA, 2020, p.197). Esse relato, que trata da paisagem do bairro assim como o da iyá Ana Rita, resgata a memória de um território bem diferente do que se tornou o distrito.

Deco Moraes, integrante do Bando Trapos e também membro da atual gestão do Espaço Cultural Cita, conta: "Parece que quando cheguei aqui não tinha tantas pessoas, tantos carros. Eu vejo a Estrada do Campo Limpo e penso 'que loucura é essa?'. É um trânsito maluco" (MORAIS, 2020 apud SILVA, 2020, p.197). A mudança na paisagem urbana indica que o Campo Limpo continua crescendo, por expansão territorial e principalmente pela densidade demográfica, resultando em um aumento dos fluxos de pessoas e veículos, que diariamente percorrem trajetos intermunicipais para cumprirem uma rotina de trabalho ordinária às periferias.

Grande parte do entorno da Praça do Campo Limpo se encontra em uma Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP-U) no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (SÃO PAULO, 2014), indicando uma proposta de adensamento da região devido ao planejamento do Corredor de Ônibus Municipal e da Linha Monotrilho, como apresentado pelo Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras (SÃO PAULO, 2016a). A região da praça está ameaçada de ter sua paisagem distorcida e suas memórias apagadas, e tal propósito é assegurado pelo planejamento do próprio município, criando possibilidades para o mercado imobiliário implantar o seu perverso e já bem conhecido plano de atuação: adensar a área com suas grandes construções e afastar o povo pobre e periférico dos espaços de interesse econômico e cultural.

A falta de um planejamento da região que preze pela preservação de sua paisagem torna explícito uma das formas opressoras e racistas com a qual o sistema trata o povo negro e periférico. Ao invés de assegurar o entorno da praça pelo Plano Diretor com uma das Zonas Especiais de Preservação Cultural (Zepoc) previstas, assegurando a preservação, valorização e salvaguarda da região como patrimônio cultural do município, a Prefeitura de São Paulo opta por manter as estratégias de apagamento e genocídio do povo negro, que se atualizam

a cada gestão municipal, estadual e federal. As narrativas negras devem ser reconhecidas e preservadas nos registros oficiais do país como patrimônio cultural, e não mais como estatística criminal:

Os melhores documentos sobre a gente infelizmente estão nas delegacias. Ali você encontra acusações sobre os candomblés, as favelas, as comunidades. Qualquer um que procure saber sobre as pessoas negras e descubra que as documentações nossas de mais referência estão na cadeia vão perceber como funciona o racismo no Brasil. (TRINDADE, 2020 apud SILVA, 2020, p.199).

A luta política do movimento negro e do movimento cultural se apresenta, principalmente, na ocupação do povo negro e periférico dos espaços de poder que planejam nossas cidades e podem impulsionar as movimentações necessárias para uma real reparação histórica a partir de uma política que pensa desde e para a periferia.

Com a implementação da lei no município, com o ensinamento dentro das escolas municipais, com a colocação de ruas, praças e estátuas do nosso povo, eu acho que a gente começa a reescrever a permanência viva dessa história, dessa cultura, dessa raiz para enfrentar esse Estado racista. Para além da parte institucional, manter espaço, redes, pessoas, artistas, movimentos, ainda vivos pós pandemia e depois, economicamente, também é uma outra ideia, é uma outra permanência e resistência de histórias de luta dos movimentos organizados. (BARCELLOS, 2020 apud SILVA, 2020, p.199).

Faz parte da nossa luta coroar nossos reis e rainhas e, ao mesmo tempo, mudarmos as nossas cidades. Precisamos assegurar a preservação das memórias de nossos ancestrais em nossas paisagens. Deixar registrado nos espaços públicos as figuras e narrativas negras que construíram tudo o que a gente vê e toca, honrando essas histórias e nos reconhecendo como parte delas, entendendo a nossa atuação como um corpo que dá continuidade à resistência e à luta por liberdade de nossos ancestrais.

[...] quando você envolve as pessoas num festival, num ciclo de formação, o que seja, e esse evento carrega o nome de uma figura preta importante, você consegue fazer com que as pessoas pesquisem, vivenciem, conheçam outras pessoas. Você cria trocas, espaço de troca, de fruição. Que tem movimento, que não fique estático. Com certeza precisa existir monumentos, ações, políticas públicas que carreguem o nome dessas pessoas e que essas ações sejam voltadas para essa luta. (VARGES, 2020 apud SILVA, 2020, p.200).

Resgataremos a ancestralidade negra presente nas nossas cidades evidenciando os nomes de nossos heróis e heroínas. Resgataremos a ancestralidade negra presente nas nossas cidades quando deixarmos de homenagear homens brancos assassinos e gritarmos os nomes de quem lutou e segue lutando pela presença e permanência do povo negro e periférico nos espaços de poder.

A gente precisa colocar o nome das pessoas que moraram no local. O povo negro que fez esses locais existirem. Tirar os nomes dos brancos e por o nome do povo negro. Quem era Oliveira Viana? Quem é Kennedy? Por que a Estrada do Campo Limpo não põe o nome de uma personalidade negra da região? Marisa Dandara, que fez o movimento negro do Campo Limpo. Dona Dirce da Escola de Samba que tanto lutou, tirava do bolso dela para colocar a escola na avenida. Eu daria o nome dessas pessoas e contaria a história delas [...]. (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.200).

Faz parte da missão que herdamos lutar pelo reconhecimento das lutas do povo negro, ocuparmos os espaços que têm o poder de enfraquecer e derrubar o sistema e reconhecermos a herança ancestral presente nas nossas organizações, relações e territórios. Pelo legado herdado das lutas do movimento negro e do movimento cultural, devemos reconhecer territórios como continuidade das trajetórias de nossos ancestrais e honrarmos as suas memórias, assegurando e reverenciando a presença da ancestralidade negra nas cidades. "Antigamente quilombos, hoje periferias" (Z'ÁFRICA BRASIL, 2002).

A iyá Ana Rita, dona de um estabelecimento chamado Ojô Bahiano, vende comidas afrobaianas e africanas, tendo o acarajé como carro chefe do lugar. Ela conta que o acarajé é ancestralidade. E reflete sobre o tema ao afirmar que ancestralidade é alimentar a si e ao outro com um alimento herdado de quem veio antes, assim como manter um estabelecimento em que o outro também reconhece como parte da existência dele. "Se você não tem raiz você não fica em pé. Se eu não tiver o atrás eu não posso andar pra frente" (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.201). Em complemento, a yalásé Ana Rita diz que, para ela, quilombo é união, que o candomblé, espaço onde se comunga a mesma fé nas pessoas, é um quilombo.

Contando algumas das discussões que ela já teve a partir de reflexões sobre a história do povo negro nos espaços em que hoje ocupamos, iyá Ana Rita afirma que o que nossos ancestrais passaram e o que herdamos não é só dor. Eles nos deixaram amor, se não a gente não teria sobrevivido. "Ancestralidade é você não deixar o do seu lado morrer. Em todos os sentidos... do corpo, de rir, de comer, de chorar. Eu seria dez vezes negra. [Porque] onde meus ancestrais estiverem eu quero saber que eu estou aqui continuando o que eles começaram." (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.202).

Hoje é o Cita que trata sobre a ancestralidade ali na região. Quando eu vejo pessoas que eram da minha época de militância. Quando eu encontro o Aderbal Ashogun, filho da Mãe Beata de Iemanjá, que vem durante o Festival Percurso e ali me volta, volta ela, minha ancestral. (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.202).

Atualmente, um dos mais importantes momentos da programação cultural do Campo Limpo é o Festival Percurso, idealizado pela Agência Solano Trindade. O festival acontece na Praça do Campo Limpo e nos espaços de cultura em seu entorno, reunindo mestras, mestres, comunidades e coletivos negros de todo o país:

O Percurso surge do trabalho de redes que a gente fazia, onde a gente dava assessoria para empreendimentos, mas faltava acesso ao mercado. [...] A gente

entende que é necessário pro território da zona sul inteira ter uma feira da economia solidária junto do festival, que agregasse todas as linguagens e atendesse todos os segmentos de público. [...] A partir de 2017 a gente pensa em como utilizar, em parceria, a gestão do Espaço Cita dentro do Festival Percurso, que é o maior terreiro do mundo. A gente pensa a Tenda dos Povos dentro Cita, resgatando toda essa ancestralidade e ressignificando esse espaço que já foi uma senzala um dia. (BARCELLOS, 2020 apud SILVA, 2020, p.203).

O Espaço Cultural Cita recebe, a cada edição do festival, a Tenda dos Povos, onde se reúnem grandes figuras de liderança do movimento negro e de religiões de matriz africana no país, promovendo encontros de trocas entre mais velhos e mais novos, e contribuindo com o compartilhamento de narrativas tradicionais e com a preservação e produção de memórias do povo negro. O Festival Percurso é um projeto de grande potência na luta pela valorização das culturas e tradições de matriz africana, atuando diretamente sobre uma reparação histórica no território. A relação de troca afetiva entre o Cita, o território e a comunidade, fomenta memórias ancestrais que estão presentes ali, e como dito pela iyá Ana Rita, permite que possamos nos aquilombar:

Durante o Festival Percurso eu fui ao Cita porque havia pessoas da religião vindas de outras partes do Brasil que eu conhecia, e ali eu senti que estava em um espaço meu. De quilombo. Onde todo mundo conversa, senta em roda, ninguém senta atrás do outro. Quando você senta atrás do outro quer dizer que o da frente é melhor. Quando a gente senta em roda, que no candomblé a gente chama de xirê, que um olha pro outro de igual, aí eu me sinto em um quilombo. (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.203).

Deco Moraes compartilha a história de quando trabalhou dirigindo um carro de mudança para um senhor conhecido como seu Pedro que morava no Campo Limpo. Durante o trajeto, o senhor contou ter ido uma vez a um casarão antigo no bairro,

onde viu na parte de baixo da casa algumas correntes chumbadas na parede, e que o dono da edificação disse serem resquícios de quando aquele lugar era uma senzala. A história contada por Seu Pedro fortalece algumas narrativas presentes na oralidade da região da Praça do Campo Limpo, em que algumas outras pessoas também comentam sobre terem existido senzalas naquela região.

Em 2011, quando Deco frequentava um terreiro de umbanda no município de Francisco Morato, em São Paulo, ele disse que recebeu um recado de um preto velho, que o avisou que ele estava sendo preparado para ir a um lugar onde as pessoas iriam para tomar conta, um barracão de madeira. No mesmo ano, a Trupe Artemanha estava iniciando a ocupação cultural no galpão onde era a Prefeitura Regional do Campo Limpo, e onde foi construído e consolidado o atual Espaço Cultural Cita. O ator conta que três anos depois, em 2014, quando ele estava morando no Cita, incorporou um caboclo que disse que as pessoas daquele lugar tinham que ouvir as histórias do território, e que conseguiriam lidar melhor com aquele espaço se soubessem mais sobre aquelas memórias.

Ainda em 2014, Deco, em diálogo com Cléia, que na época também fazia parte da Trupe Artemanha, decidiu conversar com a dona Raquel Trindade, uma das figuras negras mais importantes do país, tendo dedicado sua vida para a preservação e produção de memórias que cuidassem da continuidade do legado cultural que sua família construiu. Dona Raquel foi uma das pessoas que implantou e construiu o movimento cultural no município de Embu das Artes, onde ela morava. Durante a visita, ela abriu o jogo de búzios para os dois, contando sobre os orixás que regem suas cabeças. Durante o jogo, Kambinda, como dona Raquel assinava suas pinturas, contou aos artistas que na região da Praça do Campo Limpo havia senzalas, e que eles estavam ocupando um espaço que precisava ser cuidado.

“Vocês são os meninos daquele lugar, não é? Eu admiro muito, vocês têm força, têm garra”, ela começou a conversar com a gente sobre o território em que o Cita está. “Vocês precisam cuidar daquele lugar e também cuidar de vocês espiritualmente. [...] Ali já foi uma

senzala. Aquilo tudo já foi uma senzala. A energia não é só de agora, vocês precisam limpar porque existe uma coisa anterior ao espaço, anterior às pessoas que entram lá". (VARGES, 2020 apud SILVA, 2020, p.205).

A memória de dona Raquel Trindade vive tanto nas pessoas que tiveram a honra de escutá-la como em todas as demais que respeitam o seu legado, e nos traz narrativas importantes sobre a região da Praça do Campo Limpo que os registros oficiais não contam. Fica explícito nesses relatos a perversidade que o sistema opressor racista possui em seu plano genocida que busca pela invisibilização e apagamento das memórias e narrativas do povo negro na construção da cidade.

Ao enfrentar as estratégias racistas presentes na sociedade e nos espaços de poder, encontramos a atuação dos espaços de cultura nas periferias enquanto territórios ligados ao resgate da ancestralidade negra existente nos espaços onde o povo negro e periférico é constantemente ameaçado. Alguns espaços de cultura, hoje considerados quilombos urbanos, abrem os nossos caminhos e guerreiam pela construção de uma sociedade com menos desigualdades, estabelecendo e evidenciando as potencialidades sociais, culturais e políticas. Assegurar a permanência e continuidade desses espaços, desses quilombos, é assegurar uma reparação histórica para o povo negro.

O quilombo é uma aglomeração de pessoas que estão em busca da sua própria liberdade. Jardim Sílvia, Campo Limpo, Clarianas, Capulanas, Noite dos Tambores. Cada uma dessas localidades representa essa agência quilombo. O quilombo é esse local onde as pessoas lutam para se sentirem livres. Lutam pela liberdade, pelo espaço, pela cultura, pela economia, pela preservação de seus costumes. O quilombo é um espaço de luta por liberdade, independente das suas várias formas de ser quilombo. (TRINDADE, 2020 apud SILVA, 2020, p.206).

Ali em frente à Praça do Campo Limpo, no Espaço Cultural Cita, vive a força de nossos ancestrais, vive a oralidade, vive as manifestações culturais do povo negro,

vive a nossa terra preta. Temos naquele lugar uma fonte de força vital que tem seu fundamento preservado pela oralidade presente na comunidade e é transmitida pelo próprio território. Vive ali a memória, a resistência e a continuidade da nossa ancestralidade. Vive ali um baobá. "É preciso preservar aquele espaço porque é de resistência. Porque tem um orixá vivo que é o baobá. Tem quem dança nossa ancestralidade." (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.206).

Em 2018, durante o Festival Percurso, o Espaço Cultural Cita recebeu uma muda de baobá das mãos do mestre TC Silva, responsável pela Casa de Cultura Tainã em Campinas, e criador da Rota dos Baobás no Brasil. O mestre trouxe para o Campo Limpo essa árvore sagrada que é um importante símbolo da memória e resistência afro diaspórica. O plantio do baobá ocorreu dentro da programação da Tenda dos Povos, na qual estiveram presentes importantes lideranças negras de diferentes regiões do país, como mestre Aderbal Ashogun, mestre Lumumba, iyá Nadya Sant'Anna, mestre Tião Carvalho, ogã Luiz Bangbala, ogã Vitor da Trindade, Mãe Denisia, entre outros. A escolha do Cita para o plantio do baobá afirma a importância daquele território para a memória e para o fortalecimento da cultura negra e periférica na Zona Sul de São Paulo. O plantio do baobá reconhece a luta por liberdade daquele espaço, que resiste aos ataques de um desgoverno racista que investe no apagamento das narrativas do povo negro e periférico. "A gente nasce a partir do baobá. Quando um baobá é plantado não pode ser arrancado. É um orixá vivo e se for arrancando ele vai pedir o espaço dele de volta." (ENCARNAÇÃO, 2020 apud SILVA, 2020, p.207).

Um baobá você não compra, você tem que ser presenteado. E dentro da relação junto ao Maracatu Ouro do Congo, pela relação de afinidade e afeto que temos, a Agência Solano Trindade recebe o Mestre TC, que nos presenteia com um baobá, para que ele seja a ferramenta de transformação e permanência desse espaço, dessa população, dessa narrativa, e que ele continue crescendo. (BARCELLOS, 2020 apud SILVA, 2020, p.207).

Em 2020, o Espaço Cultural Cita recebeu um auto de interdição enviado pela Subprefeitura Campo Limpo pedindo pela desocupação do lugar, alegando que a edificação apresentava grave risco para a comunidade. O Cita, que há anos é ameaçado pela Secretaria da Saúde do município de São Paulo, que tem interesse em demolir o edifício para construir mais um de seus equipamentos, segue lutando pela sua permanência. Em pouco tempo recebeu o apoio de muitas pessoas, coletivos e espaços de cultura que defenderam a importância da atuação do Cita para a comunidade e toda a Zona Sul da cidade, e se manifestaram a favor da permanência e continuidade do espaço no território que ocupa desde 2011. A pressão popular movimentou muitas redes, trazendo a atenção dos coletivos, agentes e instituições culturais para a defesa do lugar contra mais uma ameaça sustentada por um sistema opressor racista.

No fim de 2020, em atrito com a Secretaria da Cultura, que apoia e reconhece a atuação do espaço, a Subprefeitura Campo Limpo retirou o auto de interdição e iniciou o processo de transferência do terreno da Secretaria da Saúde para a Secretaria da Cultura, que passará a ter uma gestão compartilhada junto ao Instituto Cita, representante legal do espaço. Em meio à pandemia mundial, o povo negro e periférico segue sendo ameaçado pela herança deixada pelos sistemas sociais opressores e racistas que se atualizam e agem pela distorção e destruição de nossas memórias e de nossos territórios.

A conquista do Espaço Cultural Cita pela sua permanência no território é uma conquista histórica. A conquista do povo negro e periférico pela inserção do baobá que cresce naquele território nos registros do patrimônio cultural do município de São Paulo é uma conquista histórica. As relações iniciadas pelo Movimento Negro de Campo Limpo e continuadas pelo movimento cultural da Zona Sul da cidade alimenta nossos corpos que resistem e se atualizam a cada geração, cuidando para que nossos territórios permaneçam vivos e dinâmicos. Vivemos em um país construído e sustentado pela resistência do povo negro, e encontraremos no resgate das narrativas de nossos ancestrais a energia necessária para enfraquecer um sistema que insiste

em nos colonizar. Construiremos uma nova cidade, uma nova política. Reverenciamos a nossa ancestralidade negra e indígena e bateremos nossos tambores comunicando a vitória do nosso povo. Que cresça forte o baobá do Campo Limpo.

## 5. CONSIDERAÇÕES

Provavelmente a única consideração final que de fato expressa a força, resistência e grandiosidade da ancestralidade negra na luta por reparação histórica seja "fogo nos racistas". Um fogo atizado pelo movimento constante dos corpos negros em atrito com uma cidade embranquecida. Fogo que derruba monumentos e placas com o nome dos assassinos do povo negro, que derruba os descendentes do homem branco colonizador que são fiéis à continuidade de sistemas opressores e racistas, que derruba a prática violenta do apagamento de nossas histórias nos documentos das prefeituras, dos estados e de todo o país. Fogo que destrincha, escancara e rompe com a hereditariedade maliciosa dos espaços de poder ocupados por genocidas. Fogo que queima e que nos dá vida.

Durante o período de isolamento social, a luta pela resistência, permanência e continuidade dos coletivos e territórios culturais nas periferias não cessou. Pouco antes de sabermos que a Secretaria da Cultura deu início ao diálogo com a Subprefeitura Campo Limpo e com a Secretaria da Saúde, abrindo um processo de transferência do terreno e assegurando a permanência do espaço no território, recebemos a notícia de uma grande conquista para o povo negro: o Espaço Cultural Cita, a partir de alguns proponentes integrantes do Maracatu Ouro do Congo, passou a fazer parte do mapeamento municipal de territórios e memórias relacionados ao patrimônio cultural da cidade de São Paulo.

Por meio do concurso Placas da Memória Paulistana, realizado pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, que teve como objetivo a identificação de narrativas que componham referências culturais da cidade, a história e celebração do plantio do baobá no bosque do Espaço Cultural

Cita passa a integrar o Inventário Memória Paulistana, regulamentado pela Resolução 13/Conpresp/2019. A inserção do baobá no mapeamento do Departamento do Patrimônio Histórico assegura a presença de memórias que tratam da força do povo negro em resistir, resgatar e construir a continuidade de narrativas sobre a nossa ancestralidade cultivada e preservada em nossos territórios.

Pelo fogo ancestral herdado, abrimos caminhos para o resgate de nossas memórias. Pela força e tecnologia das comunidades negras e periféricas, armada e protegida pelas trajetórias de nossos mais velhos e mais velhas, reverberamos a história do nosso povo e seguimos nos coroando, assumindo os espaços de poder das cidades. Que sigamos atualizando nossas estratégias e tecnologias ancestrais, criando, preservando e cuidando de nossos territórios. Nesse quilombo onde tantas raízes se cruzam celebramos nossas vidas e realizamos conquistas históricas.

---

## REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Alex. Entrevista cedida a Igor Vicente Gomes da Silva. In: SILVA, Igor Vicente Gomes da. **Cidade e ancestralidade**: memória, resistência e continuidade na região da Praça do Campo Limpo. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) — Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2020.

ENCARNAÇÃO, Ana Rita. Entrevista cedida a Igor Vicente Gomes da Silva. In: SILVA, Igor Vicente Gomes da. **Cidade e ancestralidade**: memória, resistência e continuidade na região da Praça do Campo Limpo. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) — Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2020.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MORAIS, Deco. Entrevista cedida a Igor Vicente Gomes da Silva. In: SILVA, Igor Vicente Gomes da. **Cidade e ancestralidade**: memória, resistência e continuidade na região da Praça do Campo Limpo. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) — Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Interfaces entre as desigualdades urbanas e as desigualdades raciais no Brasil: observações sobre o Rio de Janeiro e São Paulo. 2010. In: OLIVEIRA, Reinaldo José de (org.). **A cidade e o negro no Brasil**: cidadania e território. São Paulo: Alameda, 2013. p.43-94.

POLÍTICAS públicas, sistema político e arquitetura com Gabriela de Matos + Joice Berth + Tainá de Paula. [S. L.: s. n.], 2020. 1 vídeo (90 min). Publicado pelo canal IAB-SP. Disponível em: [https://youtu.be/dbTQQP\\_mwUc](https://youtu.be/dbTQQP_mwUc). Acesso em: 3 nov. 2020.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro) [1989]. In: OLIVEIRA, Reinaldo José de (org.). **A cidade**

**e o negro no Brasil**: Cidadania e território. São Paulo: Alameda, 2013.

SANTOS, Antônio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n.12, p.44-51, 2018. Disponível em: [piseagrama.org/somos-da-terra/](http://piseagrama.org/somos-da-terra/). Acesso em: nov. 2020.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2014.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Plano Diretor: Mapa 3A — Eixos de Transformação Previstos. São Paulo, 2014. Disponível em: [gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE\\_lei\\_final\\_aprovada/MAPAS/MAPAS%20ASSINADOS/Mapao3A\\_Eixos\\_Previstos.pdf](http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE_lei_final_aprovada/MAPAS/MAPAS%20ASSINADOS/Mapao3A_Eixos_Previstos.pdf). Acesso em: nov. 2020.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras: Perímetros de Ação Campo Limpo. São Paulo, 2016a. Disponível em: [gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PA-CL.pdf](http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PA-CL.pdf). Acesso em: nov. 2020.

SÃO PAULO (Município). Subprefeitura Campo Limpo. Características e Histórico de Campo Limpo. São Paulo, 2016b. Disponível em: [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/campo\\_limpo/historico/index.php](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/campo_limpo/historico/index.php). Acesso em: dez. 2020.

SILVA, Igor Vicente Gomes da. **Cidade e ancestralidade**: memória, resistência e continuidade na região da Praça do Campo Limpo. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) — Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2020.

TRINDADE, Vitor da. Entrevista cedida a Igor Vicente Gomes da Silva. In: SILVA, Igor Vicente Gomes da. **Cidade e ancestralidade**: memória, resistência e continuidade na região da Praça do Campo Limpo. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) — Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2020.

VARGES, Cléia. Entrevista cedida a Igor Vicente Gomes da Silva. In: SILVA, Igor Vicente Gomes da. **Cidade e ancestralidade**: memória, resistência e continuidade na região da Praça do Campo Limpo. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) — Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2020.

Z'ÁFRICA BRASIL. Antigamente Quilombos Hoje Periferia. In Z'África Brasil. **Antigamente Quilombos, Hoje Periferia**. São Paulo: Paradoxx Música, 2002. 1 cd. Faixa 4.

---

## SOBRE O AUTOR

Arquiteto e urbanista graduado pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo em 2020 e mestrando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

[igorvice@gmail.com](mailto:igorvice@gmail.com)